

PORTUGAL 2020

PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO ALENTEJO

2014-2020

**Mapeamento dos
Investimentos em
Infraestruturas Escolares
(níveis pré-escolar, básico
e secundário)**

JUNHO 2015

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. CARATERIZAÇÃO DA REDE E DO SISTEMA EDUCATIVO NO ALENTEJO	4
3. INVESTIMENTOS NA REDE ESCOLAR NO PERÍODO 2007-2013.....	8
4. EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA PROJETADA PARA O PERÍODO 2014-2020	12
5. PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA O PLANEAMENTO DA REDE EDUCATIVA NO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014-2020	20
6. NECESSIDADES INFRAESTRUTURAIS	24
7. CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO E DE PRIORIZAÇÃO DAS INTERVENÇÕES NO ÂMBITO DO POR ALENTEJO 2020.....	26
8. CONCLUSÕES.....	30
ANEXOS	31

1. INTRODUÇÃO

O exercício de mapeamento seguidamente desenvolvido visa perspectivar as necessidades de intervenção na rede escolar do Alentejo no horizonte 2020 e como tal, sustentar as opções de investimento consagradas no Programa Operacional Regional enquadráveis na Prioridade de Investimento 10.5 (10.a) “Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas”, dando desta forma cumprimento à condicionante estabelecida no Acordo de Parceria e no POR Alentejo 2020, que determina que o apoio à construção, requalificação, modernização e/ou racionalização de infraestruturas escolares está condicionado ao mapeamento das necessidades de intervenção que deverá ser apresentado e expressamente aceite pela Comissão Europeia antes de serem aprovados financiamentos para esta tipologia de investimento.

Na sua elaboração foram envolvidas, para além das estruturas regionais e nacionais do Ministério da Educação e Ciência, as Comunidades Intermunicipais e as Autarquias Locais, num processo que permitiu identificar, caracterizar e priorizar as efetivas necessidades do território em matéria de infraestruturas escolares, tendo por base as projeções demográficas da população em idade escolar, a partir da informação mais recente disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística e de uma metodologia de projeção ao nível concelhio, desenvolvida pela CCDR Alentejo.

Neste enquadramento metodológico condicionado pela contenção financeira patente na dotação disponível para esta tipologia de intervenção, para além da caracterização da rede existente por NUTS III, através deste exercício foram essencialmente identificadas as necessidades de intervenção absolutamente prioritárias, segundo critérios de racionalidade técnica e financeira, num horizonte temporal ajustado ao actual ciclo de programação dos fundos comunitários, num contexto demográfico recessivo e onde não foram integradas quaisquer variáveis que possam reduzir ou mesmo inverter em alguma sub-região a tendência actual, face às novas dinâmicas económicas e de emprego que é expectável que venham a ocorrer, decorrentes da melhoria do ciclo económico do país e do potencial deste novo ciclo de investimento, fundamentalmente dirigido ao tecido económico.

2. CARATERIZAÇÃO DA REDE E DO SISTEMA EDUCATIVO NO ALENTEJO

A rede escolar da Região Alentejo é constituída por um universo de 843 estabelecimentos de ensino não superior, dos quais 666 integram a rede pública (cerca de 79%) e 177 são estabelecimentos de natureza privada.

Tabela 1
Número de Estabelecimentos de Ensino no Alentejo

	Estabelecimento de ensino não superior						TOTAL
	Jardim de infância	Escola básica	Escola secundária	Escola básica e secundária	Escola artística	Escola profissional	
Público	160	448	33	20	0	5	666
Privado	141	15	0	3	0	18	177
TOTAL	301	463	33	23	0	23	843

Fonte: MEC

Quanto à natureza dos estabelecimentos de ensino que integram a rede escolar regional, verifica-se um claro predomínio de estabelecimentos públicos em todos os níveis de ensino, excetuando a educação pré-escolar, onde se verifica uma distribuição equitativa entre estabelecimentos de natureza pública e privada.

Do ponto de vista do setor privado, pode constatar-se que o predomínio da sua intervenção no âmbito da rede educativa da região está centrado na educação pré-escolar, beneficiando do apoio do Estado inerente à celebração de contratos de desenvolvimento da educação pré-escolar.

No que se refere ao número de alunos matriculados, a situação no ano letivo 2012-2013 era a seguinte:

Tabela 2
Número de Alunos inscritos nos Estabelecimentos de Ensino no Alentejo (ano letivo 2012-2013)

	Educação Pré-escolar	Ensino Básico			Ensino secundário e pós secundário não superior	TOTAL
		1º Ciclo	2º Ciclo	3.º Ciclo		
Público	11.828	28.778	16.208	24.293	21.496	102.603
Privado	7.079	864	759	1.400	4.063	14.165
TOTAL	18.907	29.642	16.967	25.693	25.559	116.768

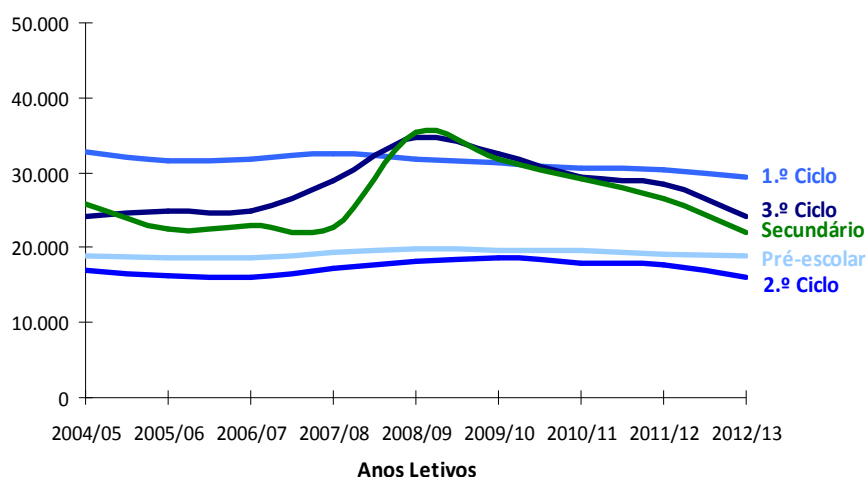
Fonte: MEC, Estatísticas da Educação 2012-2013

No ano letivo 2012-2013, a população escolar, inscrita no ensino não superior, aproximando-se dos 117.000 efetivos, representava cerca de 15% do total da população escolar do país inscrita nestes mesmos níveis de ensino, verificando-se uma distribuição equilibrada do número de alunos em todos os escalões etários, tomando em consideração a duração média dos diferentes ciclos de ensino.

No que se refere à tendência evolutiva do número de alunos inscritos em estabelecimentos de ensino não superior da região, esta afirma-se genericamente decrescente, que encontrando paralelismo no comportamento demográfico que caracteriza a região.

Salienta-se algum acréscimo extraordinário do número de alunos no 3º ciclo do ensino básico e no ensino secundário predominantemente decorrente do aumento da escolaridade mínima obrigatória para os 18 anos, decorrente da entrada em vigor da Lei n.º 85/2009, de 27 de Agosto.

Figura 1
Evolução do N.º de Alunos inscritos em estabelecimentos de ensino no Alentejo



Fonte: MEC, Estatísticas da Educação

Ao nível do desempenho escolar, a região caracteriza-se por taxas de conclusão bastante aproximadas da média nacional, sendo de evidenciar os níveis de conclusão verificados em percursos escolares alternativos no ensino secundário, tais como os cursos profissionais e tecnológicos que registam índices superiores à média nacional—apenas superados na Região Norte.

Tabela 3
Taxas de conclusão (%) no Ano Letivo 2012/2013

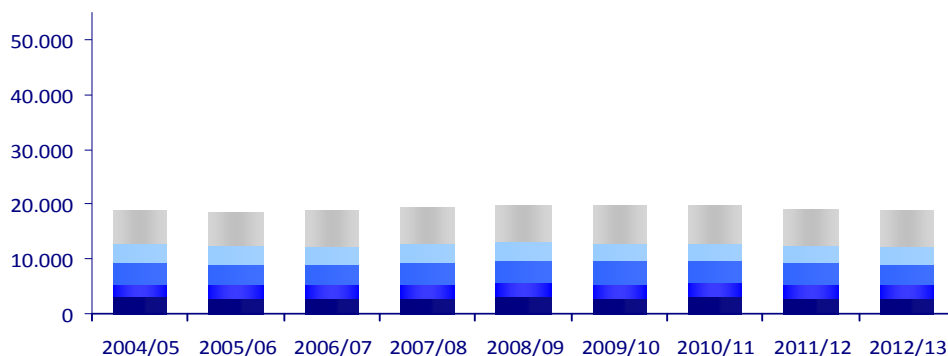
Nível e modalidade	NUTS I e II	Portugal	Continente				
			Total	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Ensino Básico		82,2	82,5	83,2	84,2	80,7	81,1
Ensino Secundário: Cursos científico-humanísticos / gerais		64,4	64,4	67,0	66,2	60,7	61,7
Ensino Secundário: Cursos tecnológicos		71,7	71,3	80,0	73,0	52,0	73,7
Ensino Secundário: Artístico especializado		74,5	74,5	75,5	-	73,8	-
Ensino Secundário: Cursos profissionais		66,9	66,6	74,3	66,6	54,4	72,2

Fonte: MEC, Estatísticas da Educação 2012-2013

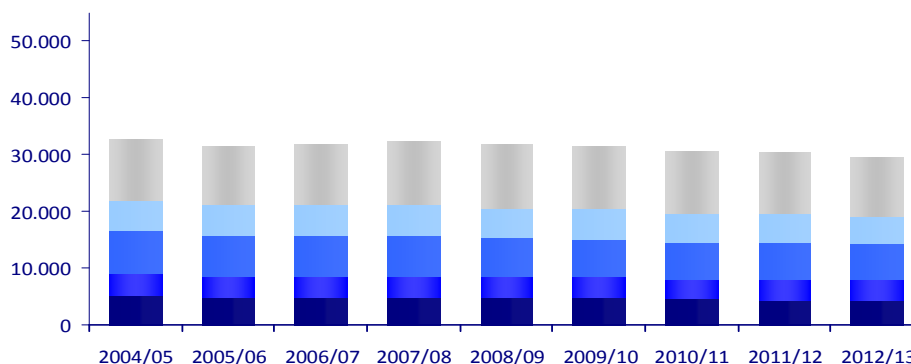
Numa análise intrarregional, na Figura 2, que seguidamente se apresenta, pode verificar-se o comportamento evolutivo do número de alunos ao nível das NUTS III que integram a região, por nível de ensino entre os anos 2004/05 e 2012/13.

Figura 2
Evolução do N.º de Alunos inscritos em estabelecimentos de ensino no Alentejo, por NUTS III

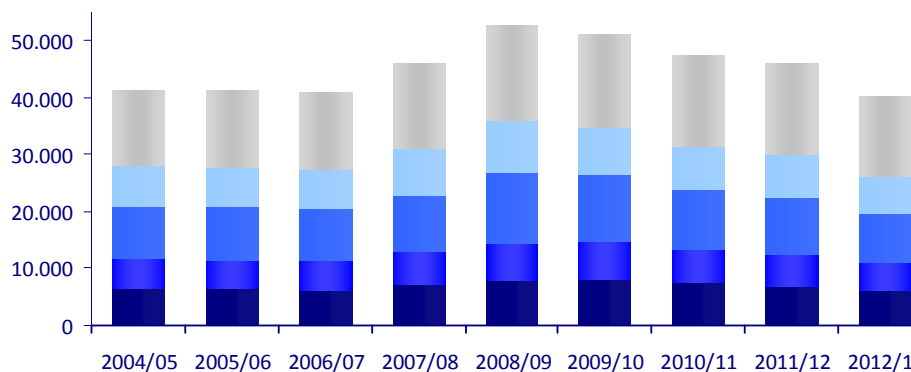
Educação Pré-Escolar



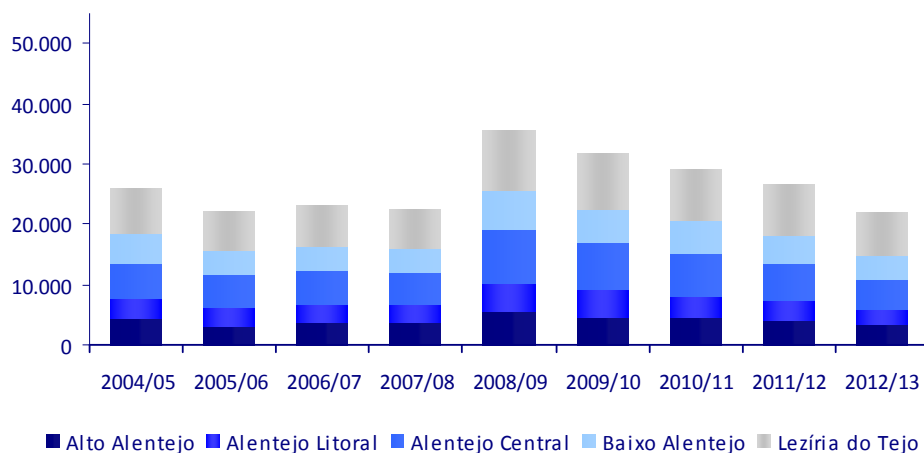
1º Ciclo do Ensino Básico



2º e 3º Ciclos do Ensino Básico



Ensino Secundário



Fonte: MEC, Estatísticas da Educação

Pode constatar-se o maior peso da população escolar evidenciado pela Lezíria do Tejo em todos os níveis de ensino, secundada pelo Alentejo Central, que apesar da sua maior atratividade populacional, não conseguem evitar o fenómeno da quebra do número de alunos ao longo do tempo e que condiciona as projeções demográficas para os respetivos escalões etários no horizonte temporal de 2020.

3. INVESTIMENTOS NA REDE ESCOLAR NO PERÍODO 2007-2013

Durante o período de programação 2007-2013 foram realizados na Região Alentejo investimentos significativos na renovação e requalificação do parque escolar, nos diversos níveis de ensino, representando um total de investimento que previsivelmente ultrapassará os 260 milhões de euros, até à conclusão do Programa, associando o investimento realizado no âmbito do Programa Operacional Regional – INALENTEJO, ao investimento realizado no âmbito do Programa Operacional de Valorização do Território (POVT).

i) A nível da Educação Pré escolar e do Ensino Básico:

Esta tipologia de intervenções foi financiada no âmbito do Programa Operacional Regional - INALENTEJO, sendo que as conclusões do Estudo de Avaliação Intercalar deste programa consideram que a requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar é uma das áreas de intervenção do Programa com trajetória de desempenho mais satisfatória, tendo representado um dos mais fortes contributos para concretizar o leque de objetivos do Programa e com uma maior dinâmica de procura e de realização.

Os principais resultados deste investimento verificaram-se nos seguintes domínios:

- Ajustamento das infraestruturas escolares às exigências da prática educativa;
- Criação de novas valências/espacos funcionais dedicados à aprendizagem e educação não formal (biblioteca, salas para atividades extracurriculares e atividades físicas/desportivas, outras), salas de professores e refeitório;
- Encerramento de escolas e de espacos inadequados para a prática educativa;
- Concentração de alunos e de recursos e consequente racionalização das redes;
- Acréscimo da cobertura no ensino pré-escolar.

ii) - A nível do Ensino Secundário:

No que se refere à Rede de Escolas do Ensino Secundário, as intervenções nas respetivas infraestruturas, de responsabilidade da empresa Parque Escolar, SA, foram financiadas pelo Programa Operacional de Valorização do Território (POVT), no período 2007-2013, prosseguindo os seguintes objetivos:

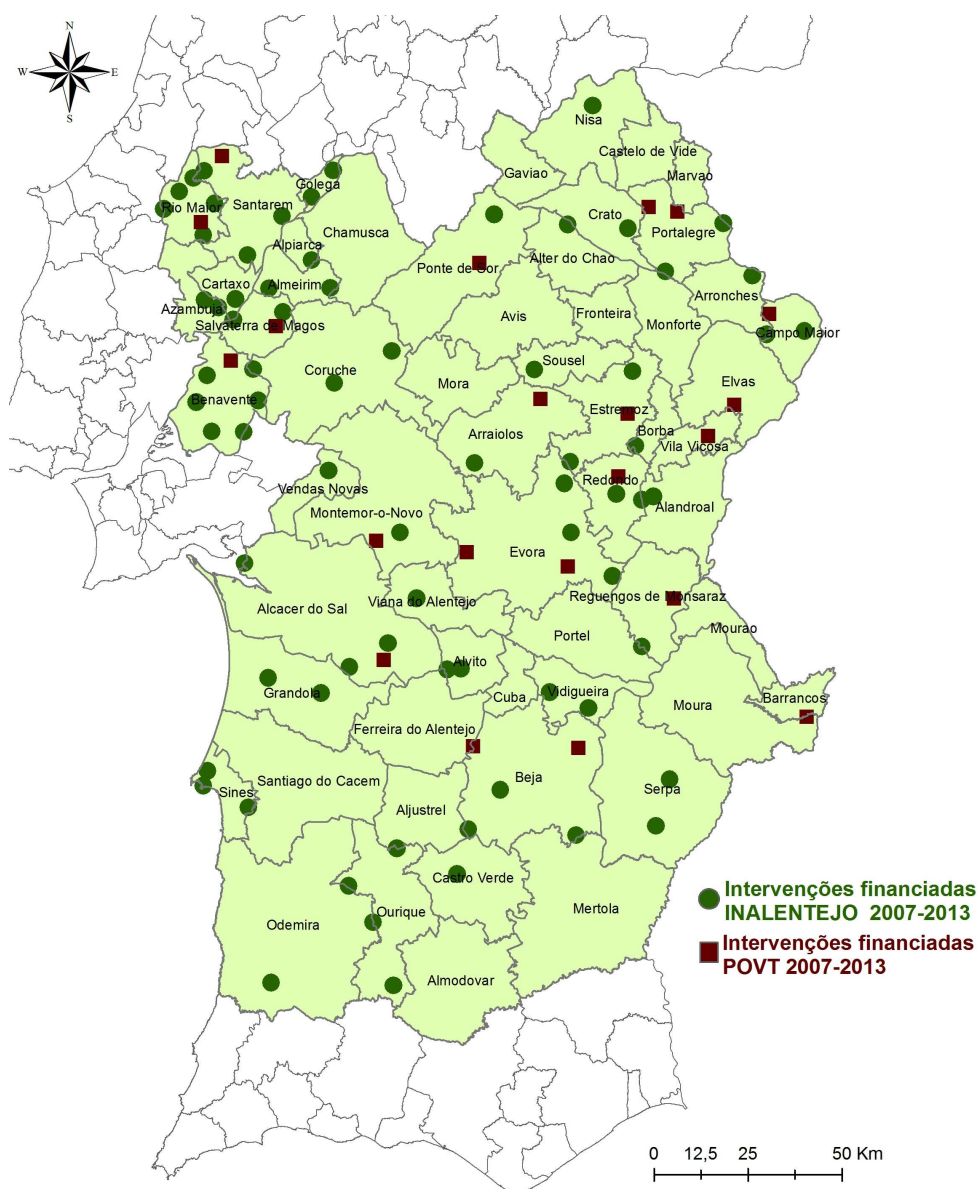
- Requalificação, modernização e ampliação de edifícios;
- Aquisição e instalação de equipamento escolar e de equipamento informático, eletrónico e de comunicações e redes de informação e comunicação, visando:
 - o a adequação das condições espaco-funcionais das escolas às exigências decorrentes da organização e dos curricula do ensino secundário, salientando-se aquelas que permitiram uma maior flexibilidade na organização curricular e diversidade de práticas pedagógicas;
 - o a facilitação do acesso a fontes de informação variadas (centros de recursos) e o uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação (TIC);

- o o reforço do ensino experimental de ciência e tecnologia (laboratórios e oficinas);
- o a promoção da inclusão de alunos com necessidades de educação especial e a abertura da Escola à Comunidade.

A cobertura territorial dos financiamentos do Inalentejo e do POVT, realizados no decurso do período 2007 e 2013, encontra-se representada na Figura 3, permitindo-nos constatar uma adequada dispersão das intervenções por todo o território, com especial destaque para uma maior expressão destas intervenções em função de duas grandes tipologias de características da região, ao nível das suas NUTS III:

- Por um lado, em territórios caracterizados por uma maior concentração populacional predominantemente urbana, como é o caso da Lezíria do Tejo e do Alentejo Central;
- Por outro lado, em territórios de baixa densidade populacional, mas de elevada dispersão geográfica, onde foi necessário requalificar e racionalizar os estabelecimentos escolares e os recursos educativos de forma a garantir, a equidade e a igualdade de acesso ao ensino.

Figura 3
Investimento na Regqualificação da Rede Escolar do Alentejo financiado no Período 2007-2013
(INALENTEJO e POVT)



Fonte: Sistemas de Informação do INALENTEJO e do POVT

Quando consideradas conjuntamente, as intervenções realizadas no período 2007-2013 suportadas pelos diversos instrumentos de financiamento comunitário, em estabelecimentos do ensino pré-escolar, básico e secundário, incidiram em cerca de 14% do universo de estabelecimentos de natureza pública, facto que apesar de revelar uma taxa relativamente baixa de regqualificação escolar com recurso a financiamento comunitário neste período, evidencia a seletividade estratégica das intervenções, tendo como contrapartida uma melhoria significativa na rede escolar.

Tabela 3
Intervenções em Estabelecimentos de Ensino por NUT III na Região Alentejo (2007-2013)

	Pré-escolar e 1º Ciclo	2º e 3º ciclos	Secundárias	TOTAL
Alto Alentejo	7	2	5	14
Alentejo Central	11	4	8	23
Baixo Alentejo	11	2	3	16
Alentejo Litoral	10	0	1	11
Lezíria do Tejo	25	1	4	30
TOTAL	64	9	21	94

Fonte: Sistemas de Informação do INALENTEJO e do POVT

A maioria das intervenções centrou-se na rede pública de educação pré-escolar e de primeiro ciclo, em função da sua maior expressão no território, com um elevado nível de proximidade local às populações. Ainda assim, estas intervenções representaram apenas 10% do universo de estabelecimentos da rede pública dedicados à educação pré-escolar e ao 1º ciclo do ensino básico.

Em termos gerais globais, o nível de representatividade regional das intervenções em estabelecimentos de ensino (desde o pré-escolar até ao secundário) é o que seguidamente se ilustra, podendo concluir-se que existiu uma equilibrada distribuição territorial das intervenções e do investimento realizado na região.

Figura 4
Repartição Sub-Regional das Escolas Intervencionadas

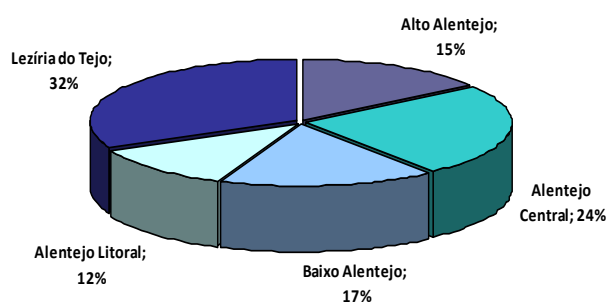
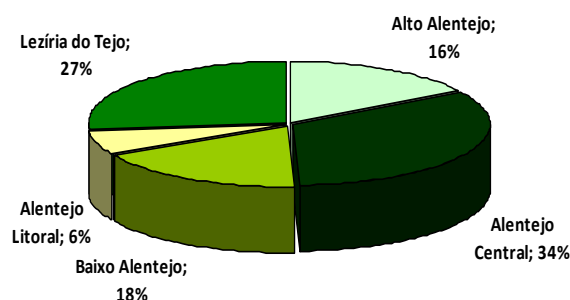


Figura 5
Repartição Sub-Regional do Investimento Realizado



Fonte: Sistemas de Informação do INALENTEJO e do POVT

4. EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA PROJETADA PARA O PERÍODO 2014-2020

Tendo como premissa a necessidade de ajustar a rede escolar, por via da racionalização dos recursos educativos à evolução demográfica projetada para a região no horizonte 2020, importa proceder a uma avaliação comparativa entre a expressão territorial das infraestruturas atualmente existentes na região, de âmbito concelhio, por nível de escolaridade e a variação da população em idade escolar previsível para 2020, na mesma unidade geográfica.

Para tal, foi efetuado um exercício de projeção demográfica da população a nível concelhio (Anexo I), que sustentou a variação populacional por grupo etário representada nas figuras seguinte.

A metodologia usada para o exercício de projeção da evolução demográfica e para as representações gráficas subsequentes é a seguinte:

a) Quanto ao exercício de projeção:

A população projectada para o ano de 2020 baseia-se nos dados disponibilizados pelo INE, contidos no "Cenário Alto" da temática "População residente, por cenários, Portugal e NUTS II, por idade (até 95 e mais anos) e sexo, 2012 (estimativas) e 2013-2060 (projeções)".

Tendo em atenção a não disponibilização de dados relativos à dinâmica demográfica com níveis de desagregação inferiores a NUTS III, optou-se por realizar uma estimativa da evolução da população dirigida para as unidades territoriais infra-regionais com base nos efectivos projectados para a Região.

Assim, a ventilação dos dados para o nível subregional e concelhio foi realizada por metodologia própria, que assenta na previsão de uma estrutura demográfica para o ano de 2020 semelhante à que se verificava em 2011. Desta forma o efectivo demográfico apurado pelo INE para a NUT II, Alentejo, em 2020, foi desagregado para as NUT III e para os concelhos tendo por base a proporção de população que cada uma destas unidades territoriais possuía no contexto regional em 2011.

b) Quanto à representação geográfica:

- A variação da população por concelho é apresentada por grupo etário, correspondente ao respetivo nível de escolaridade. Assim, em cada concelho reflete-se a diferença absoluta entre a população residente em 2014 e a população projectada para 2020, segundo as projecções do INE, para cada grupo de população em idade escolar;

- Sobre os níveis de escolaridade, foi construída uma base de dados por concelho, com os diferentes níveis de escolaridade oferecidos nos diversos equipamentos educativos. Assim, os equipamentos que possuem mais de um nível de escolaridade aparecem repetidos tantas vezes quantos os níveis que ministram. Estão incluídos todos os tipos de ensino, quer público, quer privado.

Pretende-se comparar a oferta global disponível com a potencial procura, por nível de escolaridade, até ao final do ensino secundário, durante o período de programação. Nesta perspectiva, torna-se mais importante a oferta disponível por nível de ensino do que o número de edifícios disponíveis, dada a grande variação das tipologias existentes.

Assim, tal como descrito na metodologia, tendo por base a projeção de nível concelhio da variação da população em idade escolar, com a idade adequada para a frequência da educação pré-escolar, na Figura 6, estão representados todos os estabelecimentos que oferecem este nível de educação, quer pertençam à rede Pública, quer à rede Privada e Solidária.

Pode verificar-se que em todos os concelhos se perspetiva (no horizonte 2020) uma variação negativa da população, sendo esta tanto maior, quanto mais populoso o concelho, visto tratarmos de números absolutos.

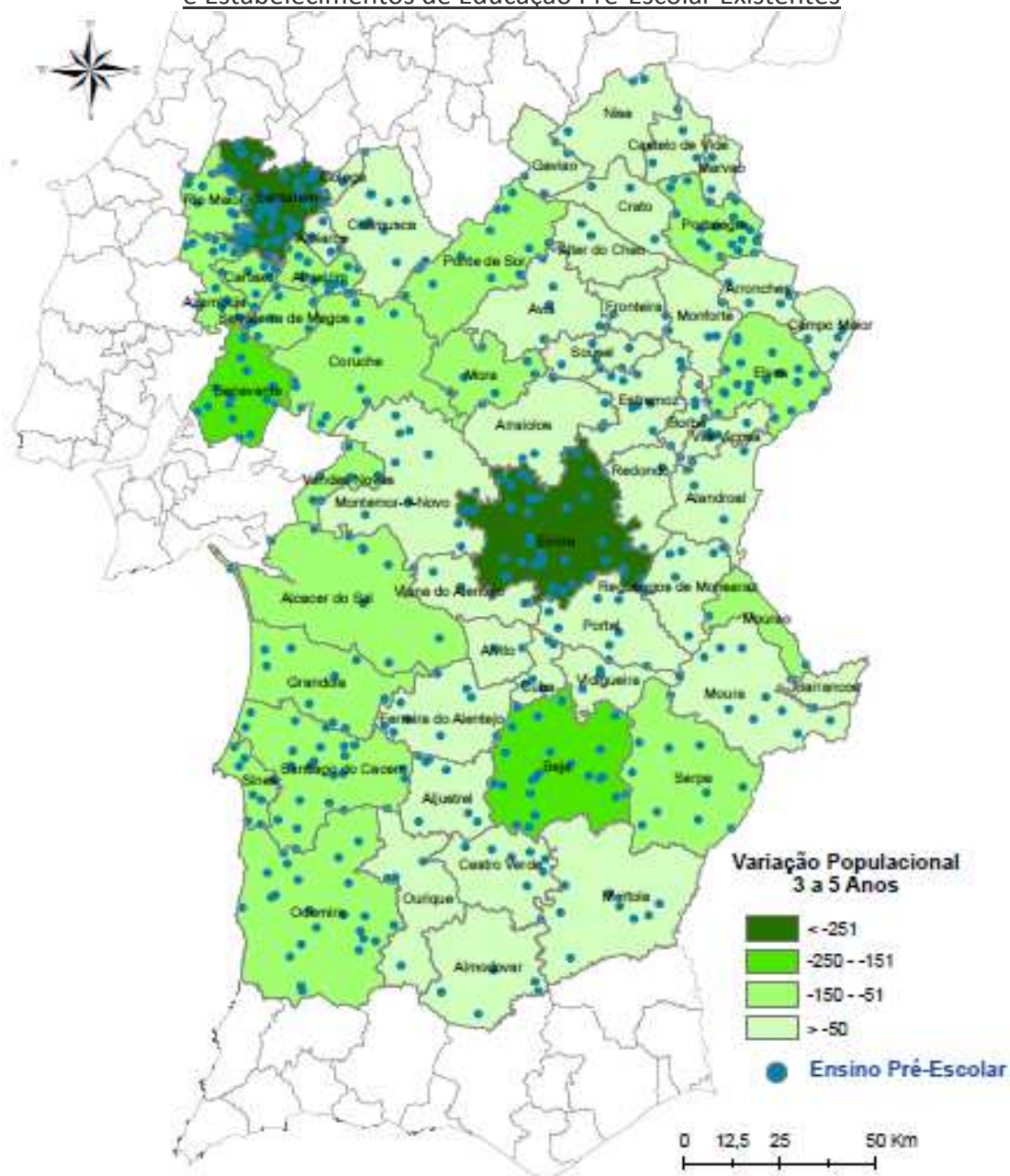
A distribuição de estabelecimentos de ensino é equitativamente dispersa pelo território, verificando-se uma adequada cobertura face à densidade populacional existente, com uma maior concentração de estabelecimentos nos centros urbanos mais populosos.

Neste contexto demográfico, tomando em consideração os princípios orientadores para a reorganização da rede de oferta educativa, o fator preponderante na determinação de futuras intervenções, será a eventual integração ou associação de estabelecimentos de educação pré-escolar outros equipamentos coletivos, nomeadamente estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico, que permita a racionalização e articulação dos recursos e uma melhor integração das crianças em meio escolar, designadamente por via da criação de Centros Escolares.

Estas intervenções devem privilegiar opções que garantam a flexibilidade das infraestruturas, de modo a permitirem adaptações à evolução da procura e à dinâmica dos métodos e objetivos pedagógicos, educacionais e de apoio social.

Figura 6

Varição da População em Idade Escolar com 3 a 5 anos entre 2014-2020
e Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar Existentes



Fonte: CCDR Alentejo/INE

De referir ainda que, uma vez que a frequência da Educação Pré escolar, para crianças entre os 3 e os 5 anos de idade não é obrigatória, a análise da taxa bruta de escolarização¹ deste nível de educação, constitui um elemento importante no planeamento da Rede Escolar. Assim, verifica-se que a oferta disponível permite uma taxa bruta de pré escolarização na região de 101,1% em 2011/2012, superior à taxa média nacional que para o mesmo período é de 90,9%, existindo, na globalidade, uma boa cobertura.

Relativamente, ao primeiro ciclo do ensino básico, a Figura 7 representa todos os estabelecimentos de ensino que oferecem este nível de ensino, incluindo a rede Pública e a rede Privada. Pode verificar-se que em todos os concelhos, tal como já referido para a situação anterior, se perspetiva (no horizonte 2020) uma variação negativa da população no nível etário entre os 6 e os 9 anos de idade.

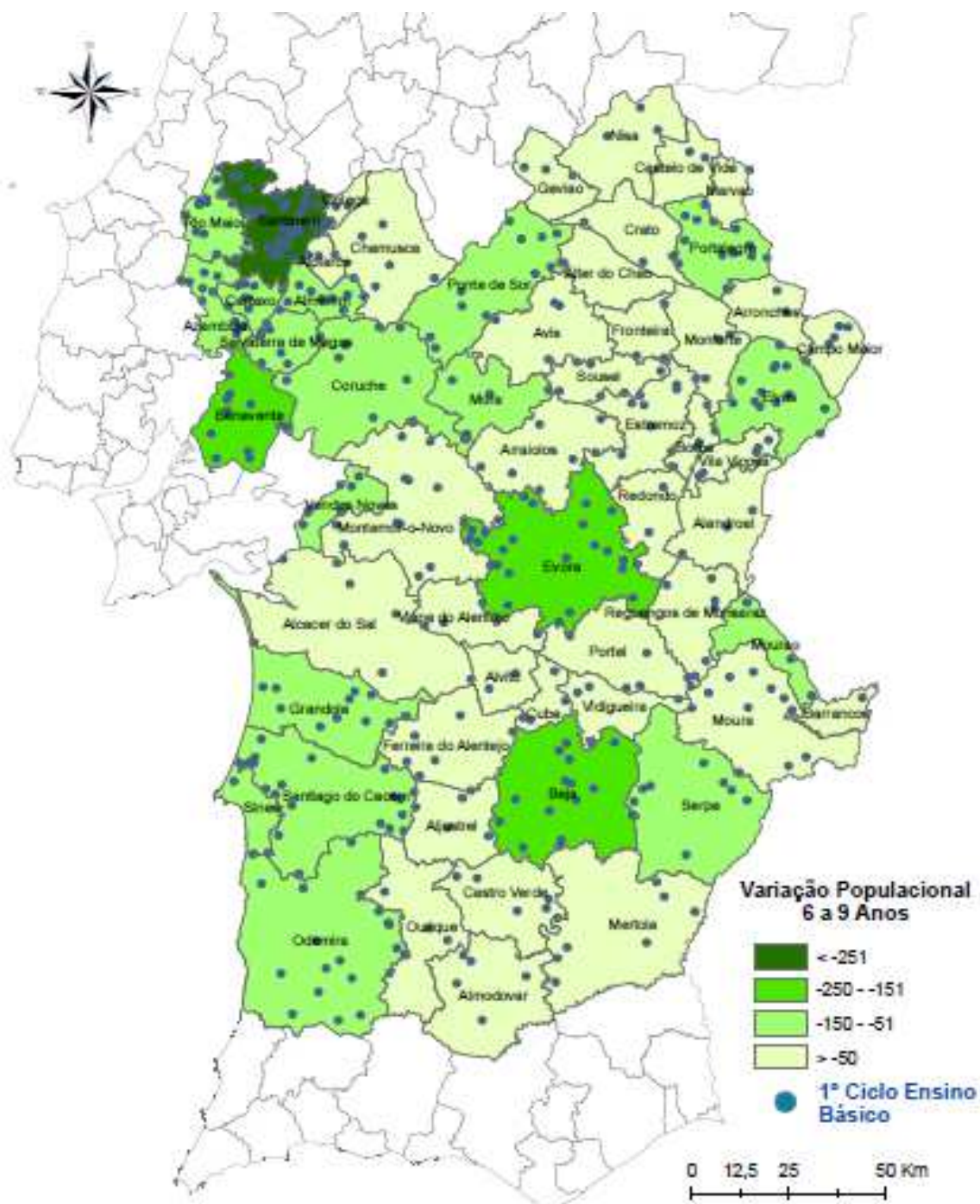
Também a este nível, se verifica uma distribuição equilibrada de estabelecimentos de ensino, pelo território, compatível com as projeções demográficas para o respetivo escalão etário, devendo ser ainda ponderada a existência de algumas crianças, em número pouco significativo, com idade superior a 9 anos, por fatores diversos, designadamente os decorrentes de casos de insucesso escolar, atrasos no desenvolvimento ou portadores de deficiência, entre outros.

Como princípio orientador que sustenta a necessidade de futuras intervenções, será a eventual necessidade de associação destes equipamentos a estabelecimentos de educação pré-escolar, de forma a permitir a racionalização e articulação dos recursos, nomeadamente dando origem à criação de novos Centros Escolares, tendo como contrapartida o eventual encerramento de escolas que não reúnam condições físicas e pedagógicas (designadamente escolas de reduzida dimensão e com elevadas taxas de insucesso escolar) que garantam a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino.

¹ Relação percentual entre o número total de crianças matriculadas na educação pré-escolar, independentemente da idade e a população residente em idade normal de frequência desse nível de escolaridade (3-5 anos)

Figura 7

Varição da População em Idade Escolar com 6 a 9 anos entre 2014-2020
e Estabelecimentos de 1º Ciclo do Ensino Básico Existentes



Fonte: CCDR Alentejo/INE

No que se refere aos 2º e o 3º ciclos do ensino básico, estes são representados em conjunto na Figura 8, dado que, na sua quase totalidade, os estabelecimentos da região oferecem conjuntamente estes dois níveis de ensino.

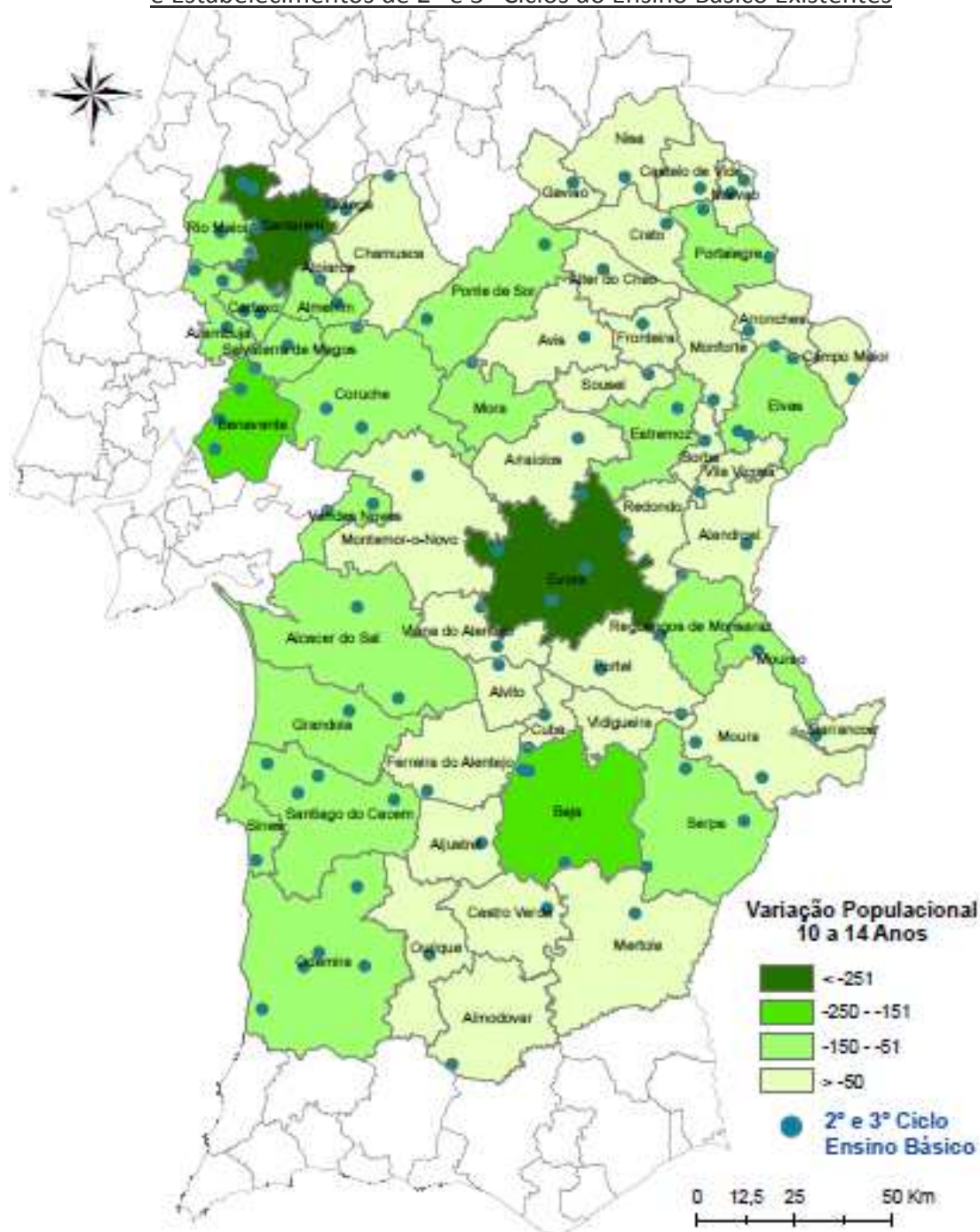
O exercício de projeção da variação da população do nível etário potencialmente candidato a estes dois níveis de ensino, à semelhança das situações anteriores, permite-nos perspetivar também uma evolução negativa.

Neste contexto, assiste-se a uma maior concentração dos estabelecimentos de ensino no território e uma total cobertura a nível concelhio, existindo pelo menos um estabelecimento com esta oferta em todos os concelhos, situação que se deve manter, de forma garantir o princípio da igualdade de oportunidades de acesso ao ensino de frequência obrigatória.

Assim, e não se justificando a este nível processos profundos de reorganização da rede escolar, as principais necessidades encontram-se focadas na requalificação e modernização dos estabelecimentos, adequando as suas tipologias às especificidades locais, nomeadamente quanto às funções oferecidas e às dimensões dos estabelecimentos, tendo como enquadramento as projeções populacionais para cada um destes níveis de ensino e, no contexto mais amplo de todos os níveis de ensino oferecidos a nível concelhio.

Figura 8

**Variação da População em Idade Escolar com 10 a 14 anos entre 2014-2020
e Estabelecimentos de 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico Existentes**



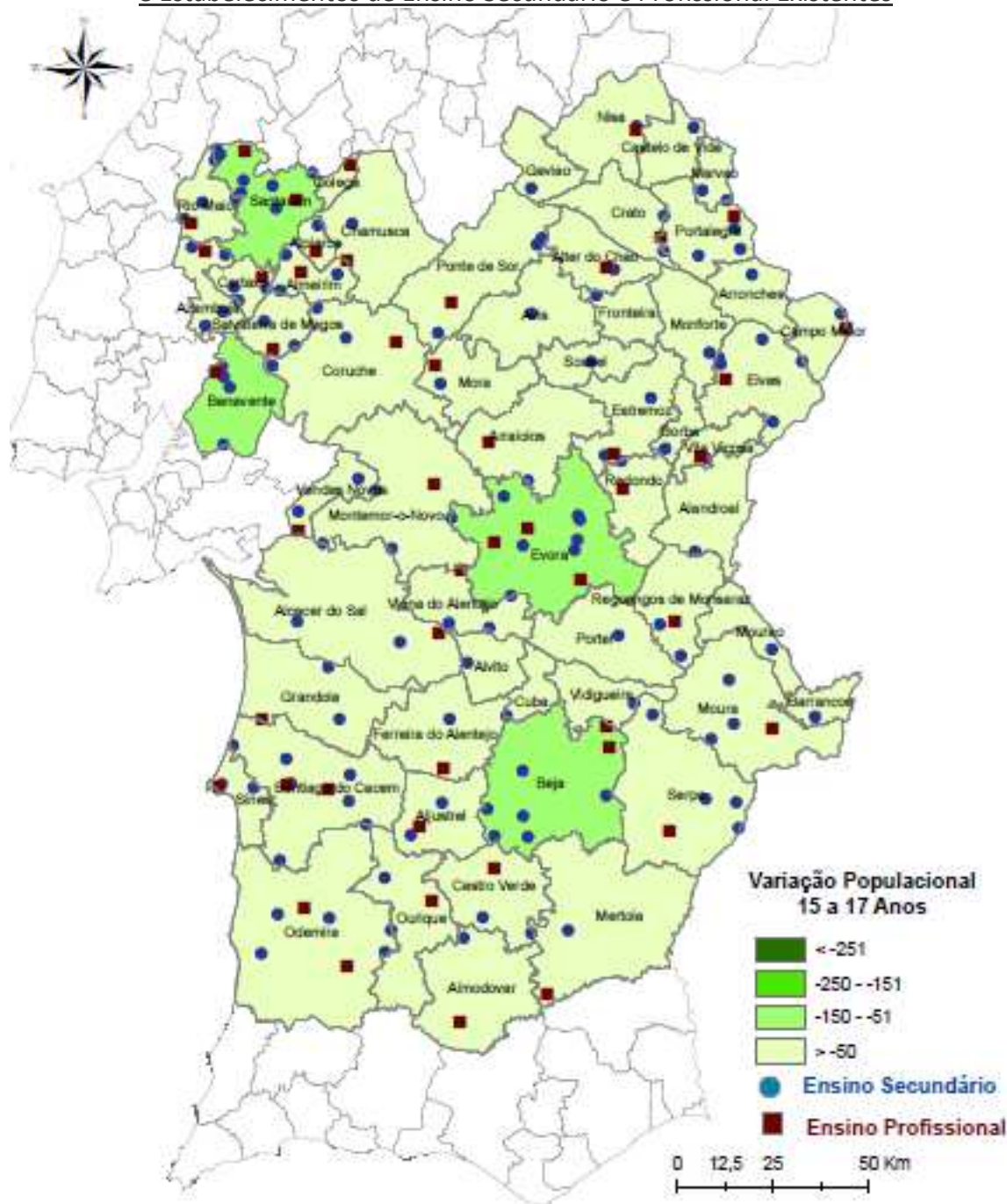
Fonte: CCDR Alentejo/INE

A Figura 9 apresenta a distribuição dos estabelecimentos que oferecem ensino secundário, quer na via de prosseguimento de estudos, quer na via profissionalizante. A projeção da variação populacional para o grupo etário potencialmente candidato a este nível de ensino (15

a 17 anos de idade) indicia tendências de decréscimo similares aos restantes escalões etários, sendo que a maioria dos concelhos dispõe de pelo menos um estabelecimento com esta tipologia de oferta, pretendendo-se garantir que na região seja disponibilizada a maior diversidade possível de cursos, tendo em conta os interesses regionais e locais, procurando adequar a oferta de respostas profissionais aos domínios de especialização regional identificadas no âmbito da Estratégia Regional de Especialização Inteligente.

Figura 9

Varição da População em Idade Escolar com 15 a 17 anos entre 2014-2020
e Estabelecimentos de Ensino Secundário e Profissional Existentes



Fonte: CCDR Alentejo/INE

5. PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA O PLANEAMENTO DA REDE EDUCATIVA NO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014-2020

Os princípios basilares em que assenta o processo de planeamento da rede de infraestruturas educativas são:

- a conceção de que a rede educativa integra uma rede maior de equipamentos locais de natureza diversa e complementar que têm como fim comum contribuir para o desenvolvimento do território;
- a conceção de que a escola deve abrir-se numa perspetiva de contributo para a valorização dos recursos humanos, exigindo um esforço de articulação de todo o sistema de educação e ensino, enquanto processo sequencial, integrado e complementar;
- a importância da participação social e do estabelecimento de parcerias entre diferentes setores da sociedade (educação, autarquias, agentes económicos, entre outros).

i)- EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Constituindo a educação pré-escolar a base para uma escolaridade de sucesso e o primeiro pilar do processo de educação ao longo da vida, a política educativa a este nível aposta nas seguintes vertentes:

- Alargamento do acesso à educação pré-escolar a todas as crianças, continuando a investir na qualidade da rede pública;
- Criação de condições para que 100% das crianças com cinco anos frequentem a educação pré-escolar;
- Organização e funcionamento dos estabelecimentos às necessidades das famílias, incluindo o alargamento do seu horário de funcionamento;
- Distribuição do número de crianças por sala tendo em conta as diferentes condições demográficas de cada localidade;
- Desenvolvimento de atividades de animação cultural de apoio socioeducativo em articulação com as famílias e as autarquias locais;
- Papel estratégico do Estado, assegurando a componente pública da Rede de educação pré-escolar, e apoiando a componente educativa de iniciativa privada (promovida por instituições particulares de solidariedade social e por instituições sem fins lucrativos).

Como critérios gerais, tendo em conta os requisitos pedagógicos e técnicos para a instalação e o funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar, identificam-se os seguintes:

- a) Integração ou associação dos estabelecimentos de educação pré-escolar com os vários equipamentos coletivos, nomeadamente estabelecimentos de ensino (em particular do 1º ciclo do ensino básico), numa perspetiva de racionalização e articulação da gestão e dos recursos físicos e humanos, designadamente por via da criação de Centros Escolares.

- b) Flexibilidade na criação ou reconversão de instalações destinadas aos estabelecimentos de educação pré-escolar, de modo a permitirem adaptações à evolução da procura e à dinâmica dos métodos e objetivos pedagógicos, educacionais e de apoio social.
- c) Possibilidade de adequar as tipologias de estabelecimentos às especificidades locais, nomeadamente quanto às funções oferecidas e às dimensões dos estabelecimentos.

ii) - ENSINO BÁSICO

Os estabelecimentos de ensino de nível básico (1º, 2º e 3º ciclo) encontram-se integrados, regra geral, em agrupamentos, como forma de promover e assegurar o desenvolvimento de projetos educativos comuns, superar situações de isolamento e criar condições que lhes permitam o acesso à autonomia.

Estes agrupamentos de escolas, têm como principais finalidades:

- o favorecimento de um percurso sequencial e articulado dos alunos, numa dada área geográfica;
- a superação de situações de isolamento de estabelecimentos e a prevenção da exclusão social;
- o reforço da capacidade pedagógica dos estabelecimentos que integram cada agrupamento, e o aproveitamento racional dos recursos;
- a aplicação do regime de autonomia de administração e gestão, associada a uma cultura de avaliação em todas as dimensões do sistema educativo (das escolas, dos professores, dos manuais escolares e dos currículos) que promova a valorização da qualidade do ensino e da aprendizagem, com base em critérios de exigência e rigor.

A rede escolar nestes níveis de ensino é marcada pela existência de numerosos estabelecimentos de pequena dimensão (sobretudo ao nível do primeiro ciclo), pelo que os agrupamentos têm sido ajustados às realidades específicas dos territórios, atendendo a fatores como a existência de projetos pedagógicos comuns, a construção de percursos escolares integrados, a articulação curricular entre níveis e ciclos educativos, a proximidade geográfica e a eventual necessidade de expansão da educação pré-escolar e de reorganização da rede educativa.

Particularmente ao nível do primeiro ciclo do ensino básico, verifica-se um desajustamento da rede escolar face à dinâmica demográfica registada na região nos últimos anos, a que se associa uma desigualdade de oportunidades no acesso a espaços educativos de dimensão e recursos adequados ao sucesso educativo, situação que importa tomar em consideração no processo de planeamento e de reorganização da rede escolar.

Neste enquadramento, o processo de definição de critérios de planeamento e de reordenamento da rede deverá basear-se na associação de diferentes equipamentos educativos, que garantam a oferta local de educação, perspetivando as escolas não só como um edifício, mas também como uma estrutura organizativa, que poderá ser espacialmente dispersa, possibilitando a organização de formas diversificadas de territorialização educativa que favoreçam os esbatimento das barreiras arquitetónicas.

Paralelamente, para estes níveis de ensino, e em particular no primeiro ciclo, a reorganização e requalificação da rede de escolas, implica um trabalho de proximidade com as autarquias, equacionando as necessidades de encerramento, recuperação ou construção de estabelecimentos de ensino, que deverá contemplar a possibilidade de oferta a todos os alunos de atividades de enriquecimento curricular, incluindo o inglês, o apoio ao estudo e ainda outras atividades como o desporto ou a música e possibilitar um horário escolar compatível com as necessidades das famílias

Neste contexto, a promoção das condições que permitam uma melhoria das condições de ensino e de aprendizagem e de combate ao insucesso escolar assume-se como um elemento fundamental ao nível do ensino básico, não só em matéria de funcionamento e organização das escolas, como também critério de priorização das intervenções a realizar nas infraestruturas escolares.

A aposta na melhoria os recursos físicos e infraestruturais dos equipamentos que integram a rede escolar, assume particular importância no quadro de uma política integrada de melhoria da qualidade da escola pública, contribuindo de forma determinante para o cumprimento dos seguintes princípios:

- A ocupação plena dos tempos escolares, garantindo o acompanhamento dos alunos em caso de falta de uma atividade letiva;
- A deteção precoce de percursos de insucesso acompanhada da implementação de instrumentos de intervenção adequados, como os planos de recuperação ou os percursos curriculares alternativos;
- A aposta na melhoria dos resultados e na valorização do ensino da Língua Portuguesa e da Matemática;
- A reorganização e requalificação da rede, encerrando escolas isoladas de reduzida dimensão e com elevadas taxas de insucesso escolar;
- A modernização do parque escolar e a generalização do acesso e do uso das TIC, como ferramentas essenciais para a integração na sociedade do conhecimento;
- A participação das famílias nas atividades escolares e no acompanhamento da situação educativa das crianças;
- A estabilização do corpo docente, melhorando as regras do sistema de colocação de professores.

iii) - ENSINO SECUNDÁRIO

Relativamente ao ensino secundário, o referencial mínimo de qualificação aponta para a generalização do nível de ensino secundário (12 anos de escolaridade e 18 anos de idade). Este objetivo tem vindo a concretizar-se através das seguintes intervenções:

- Expansão e diversificação da oferta formativa profissionalmente qualificante, nomeadamente em cursos profissionais nas escolas das redes pública e privada;
- Alargamento do referencial de competências-chave ao nível do 12º ano;

- Aproximação entre as escolas secundárias, as escolas profissionais e os centros de formação profissional, articulando as ofertas e rentabilizando os recursos;
- Melhor informação e divulgação da oferta formativa disponível;
- Possibilidade de prosseguimento dos estudos (ensinos pós-secundário não superior ou superior) para os alunos que frequentem os cursos tecnológicos, artísticos especializados ou profissionais;
- Reforço e valorização das atribuições dos serviços de psicologia e orientação, no âmbito da orientação escolar e profissional dos jovens e no estabelecimento de medidas de apoio educativo a alunos que demonstrem dificuldades na aprendizagem.

Relativamente a este nível de ensino, os estabelecimentos escolares, que na sua maioria se encontram também integrados nos agrupamentos escolares, devem ser organizados de modo a que na região se garanta a maior diversidade possível de cursos, tendo em conta os interesses regionais e locais. Neste sentido, o seu planeamento deverá não só transcender o âmbito concelhio (podendo situar-se a nível intermunicipal ou mesmo regional) como também articular-se com outras ofertas e percursos formativos, designadamente o ensino profissional e o subsequente ensino pós-secundário de cariz tecnológico.

Em sùmula, todos estes princípios e objetivos, que definem a política educativa, têm reflexos na rede de estabelecimentos de educação, ensino e formação, sendo que o atual parque escolar é caracterizado por uma diversidade de construções escolares, edificada ao longo dos anos em diferentes contextos sociais, científicos, económicos e políticos, pelo que, não obstante o investimento já realizado na região, ainda persistem estabelecimentos de ensino que se revelam atualmente inadequados a novas conceções e modelos de aprendizagem, assim como à distribuição territorial da população, por força das dinâmicas sociais e educativas com impacto a nível local.

6. NECESSIDADES INFRAESTRUTURAIS

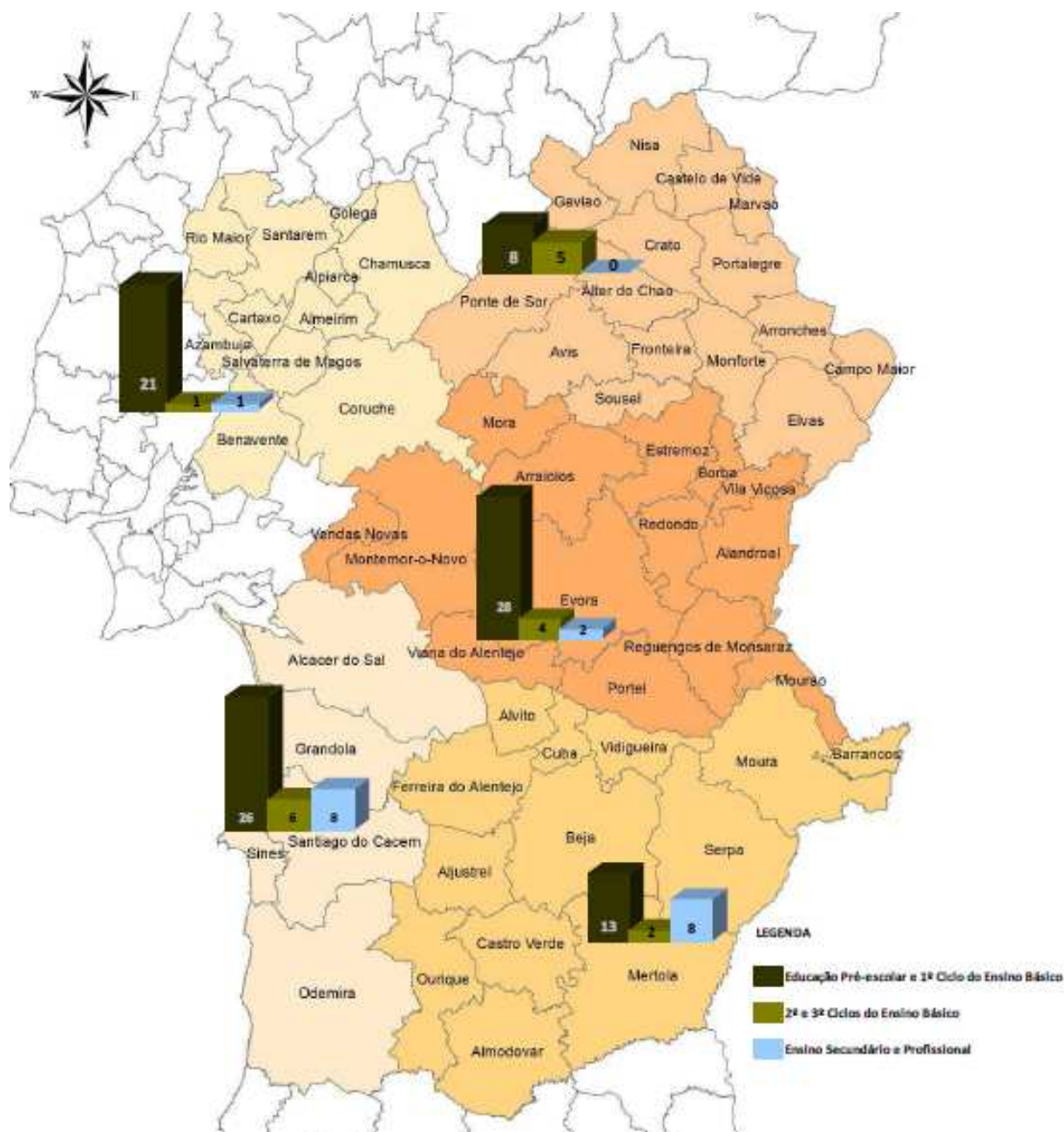
Face à caracterização da rede e da população escolar (atual e prospetiva no horizonte temporal até 2020 previamente apresentada) e tendo em vista a sua adequação e o seu ajustamento aos princípios orientadores de política educativa, constata-se ainda a existência de necessidades de intervenção em estabelecimentos escolares (públicos), que podem ser enquadradas nas seguintes tipologias:

- Correção de problemas existentes ao nível da degradação profunda das infraestruturas e melhoria das condições de habitabilidade e de conforto ambiental das escolas (tais como segurança, acessibilidade, temperatura, qualidade do ar, acústica, entre outras);
- Adequação de espaços letivos e não letivos e modernização dos respetivos equipamentos, a novas funcionalidades e condições pedagógicas, garantindo-se a sua flexibilidade e adaptabilidade;
- A melhoria do ensino experimental de ciência e tecnologia mediante intervenções em infraestruturadas e aquisição de equipamentos adequados às respetivas valências (laboratórios, oficinas,...)
- Aquisição de equipamento informático, eletrónico e de comunicações, facilitadores do acesso a fontes de informação variadas (centros de recursos) e do uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação (TIC). Salienta-se que as infraestruturas TIC a apoiar serão sempre enquadradas em objectivos pedagógicos e educacionais (p.e: novos cursos, novas metodologias);
- A promoção da inclusão de alunos com necessidades de educação especial e a abertura da escola à Comunidade;
- A criação ou requalificação de infraestruturas desportivas, com o objetivo de proporcionar as condições essenciais para a prática do desporto escolar, no âmbito de projetos educativos relacionados com a promoção da inclusão social e a prevenção do abandono escolar.

A identificação das necessidades globais de intervenção nas infraestruturas de educação e ensino na região decorreu de um levantamento exaustivo e criterioso, envolvendo os Municípios, as Comunidades Intermunicipais e os representantes setoriais regionais. Neste processo, estas necessidades foram rastreadas independentemente da forma de financiamento a que venham a ser submetidas, concluindo-se que, na região, existe ainda um universo de 133 infraestruturas escolares que, por cumprirem um ou mais dos requisitos supra identificados, carecem de investimento tendente à sua cabal adequação à missão que lhes está subjacente – a universalidade e qualidade do ensino na região.

Estas necessidades que se encontram sistematizadas no Anexo III e com representação gráfica na Figura 10 que seguidamente se apresenta, ocorrem de forma dispersa por todas as regiões NUTS III do Alentejo, representando ainda cerca de 20% do parque escolar da região.

Figura 10
Necessidades de Intervenção no Parque Escolar do Alentejo no Período 2014-2020



Fonte: Dados recolhidos pela CCDRA junto do MEC/DGEstE e CIM

7. CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO E PRIORIZAÇÃO DAS INTERVENÇÕES NO ÂMBITO DO POR ALENTEJO 2020

Na sequência do financiamento comunitário absorvido pela região através dos vários Quadros Comunitários de Apoio, a rede educativa regional tem merecido melhorias significativas, pelo que, na sequência do processo de planeamento em curso, as intervenções a realizar em infraestruturas escolares no período 2014-2020 assumem um carácter residual, perspectivando-se intervenções representativas entre 3% e 5% do universo de estabelecimentos da rede pública entre os níveis pré-escolar, básico e secundário.

Considerando a dotação de financiamento indicativa para a realização de intervenções em infraestruturas escolares para os níveis pré-escolar, básico e secundários (35,6 milhões de euros) e atendendo ao universo de estabelecimentos escolares que necessitam de intervenção no âmbito da reorganização e requalificação da rede escolar, segundo os princípios orientadores estabelecidos, as operações a apoiar ficarão aquém das necessidades reais previstas, conforme análise precedente.

Este facto implica um exercício de priorização das necessidades, que obedecerá aos seguintes critérios:

a) ao nível do ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico, é atribuída prioridade aos investimentos que visam a criação de novos Centros Escolares, que permitem o fecho da rede, nas seguintes situações:

- em Concelhos de maior dimensão e com défice de cobertura, de forma a garantir uma adequada cobertura territorial dos estabelecimentos de nível básico (e pré-escolar integrado) e a equidade nas respostas educativas.
- em Concelhos onde ainda não houve intervenção, visando também o fecho da rede, conjugando a necessidade de aumentar a capacidade de resposta em face de um previsível aumento do número de crianças, com a necessidade de encerrar pequenas escolas por incapacidade de prestar um nível adequado de resposta às necessidades atuais.

De notar que o conceito de “Novo Centro Escolar” não se encontra exclusivamente associado à construção de um novo edifício, centrando-se no conceito educativo de agregação dos níveis pré-escolar e 1º ciclo de ensino básico numa única infraestrutura física, podendo para tal resultar da requalificação de estabelecimentos existentes (em regra escolas de 1º ciclo do ensino básico) para acolher outros níveis de ensino/educação.

b) ao nível dos 2º e 3º ciclos de ensino básico e do ensino secundário, e no âmbito do universo de intervenções identificadas como necessárias para ajustar a capacidade e a adequabilidade dos estabelecimentos escolares às efetivas necessidades para a prática educativa, é atribuída prioridade àquelas que cumulativamente apresentam um mais profundo estado de degradação, (situações de prioridade máxima) e relativamente aos quais a ausência de intervenção coloque em risco a saúde pública e a segurança da população escolar.

Neste contexto, através da Tabela 4, apresenta-se uma sistematização das intervenções previstas para o próximo período de programação, em resultado do exercício de priorização efetuado.

Tabela 4

Proposta de Intervenção em Estabelecimentos de Ensino no Período 2014-2020

N.º NUTS III	INTERVENÇÕES PROPOSTAS 2014-2020							
	PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO		2º E 3º CICLO		SECUNDÁRIO E PROFISSIONAL		TOTAL	
	N.º ESCOLAS	N.º ALUNOS	N.º ESCOLAS	N.º ALUNOS	N.º ESCOLAS	N.º ALUNOS	N.º ESCOLAS	N.º ALUNOS
Alentejo Litoral	3	600	2	413	2	958	7	1 971
Alto Alentejo	0		5	1 314	0		5	1 314
Alentejo Central	0		1	339	2	960	3	1 299
Baixo Alentejo	0		0		2	668	2	668
Lezíria do Tejo	2	402	1	575	1	327	4	1 304
TOTAL	5	1 002	9	2 641	7	2 913	21	6 556

Fonte: Dados recolhidos pela CCDRA junto do MEC/DGEstE e CIM

Estima-se, assim, um total de 21 intervenções a submeter ao financiamento do Programa Operacional Regional “Alentejo 2020”, que numa análise mais detalhada reunirão os seguintes elementos caracterizadores:

i) Alentejo Litoral

No âmbito do Alentejo Litoral, está prevista a realização de 7 intervenções que abrangem os principais níveis de ensino e dão cobertura a cerca de 17,5% das necessidades de intervenção identificadas, sendo que:

- Ao nível da educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico, as propostas de intervenção a concretizar visam casos excecionais de criação de novos centros escolares ou reabilitação de edifícios de escolas básicas de forma à sua conversão para centro escolar, intervenções que permitirão o encerramento de algumas escolas primárias antigas e dispersas, implicando a concentração da oferta de 1º ciclo e o aumento da taxa de cobertura do pré-escolar, uma vez que as escolas a encerrar apenas ofereciam o 1º ciclo do ensino básico.
- No que se refere ao ensino básico (2º e 3º ciclos) e secundário, verificam-se ainda necessidades importantes. Efetivamente, mais de 70% dos estabelecimentos de ensino ainda carecem de intervenção, sendo que, em função das disponibilidades de financiamento existentes e dos critérios de priorização das intervenções, apenas se prevê a concretização de três intervenções de requalificação escolar, em estabelecimentos com mais de 30 anos, e portanto degradados, podendo também envolver processos de racionalização da oferta, designadamente por via da adequação e ampliação de estabelecimentos com contrapartida no eventual encerramento de outros menos adequados.

ii) Alto Alentejo

No Alto Alentejo, as necessidades de intervenção encontram-se concentradas na requalificação dos estabelecimentos de Ensino Básico (1º, 2º e 3º ciclos), sendo que as intervenções prioritárias propostas, incidem em escolas de 2º e 3º ciclos e garantirão uma taxa de cobertura de aproximadamente 40% das necessidades identificadas para este nível de ensino. Desta forma prevêem-se intervenções em 5 estabelecimentos, o que corresponde a ¼ da rede existente nesta NUT III para este nível de ensino.

As características específicas do parque escolar objeto de intervenção são bastante diversas, incluindo edifícios antigos/históricos (alguns com mais de 50 anos) cuja idade e estado de degradação exigem intervenções profundas de requalificação, ou até mesmo noutras situações a substituição do edifício, dado o elevado estado de degradação existente.

iii) Alentejo Central

No que se refere ao Alentejo Central, apesar de se verificarem ainda algumas necessidades em todos os níveis de ensino, as mais prementes centram-se essencialmente ao nível dos estabelecimentos de Ensino Básico (2º e 3º ciclos) e Secundário. Atendendo ao significativo investimento já realizado nesta NUT III no período 2007-2013, apenas se encontra prevista a realização de três intervenções de requalificação em escolas com mais de 30 anos que se encontram profundamente degradadas, enquadrando-se, portanto, nos critérios de priorização identificados.

iv) Baixo Alentejo

No Baixo Alentejo, as necessidades de intervenção encontram-se dispersas por todos os níveis de ensino. Considerando que no total foram identificadas necessidades em cerca de 20% do parque escolar desta NUTS III, prevê-se apenas a concretização de intervenções absolutamente estruturantes e de elevado volume financeiro, em dois estabelecimentos que oferecem ensino básico e secundário envolvendo ações de requalificação e, em casos mais graves de degradação, a substituição integral do edifício.

iv) Lezíria do Tejo

Relativamente a esta sub-região NUTS III, as necessidades de intervenção também são dispersas pelos diversos níveis de ensino, prevendo-se apoiar as seguintes tipologias de intervenção:

- ao nível do pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico, prevê-se a construção de dois centros escolares em contexto de reorganização da rede, prevendo-se também a redução de pequenas escolas, em concelhos em que ainda não houve intervenção, o que permitirá a conclusão desta rede escolar.
- no que se refere aos estabelecimentos de Ensino Básico (2º e 3º ciclos) e secundário, foram também identificadas necessidades em cerca de 6% dos estabelecimentos que integram o parque escolar que oferece estes níveis de ensino, sendo que, face às disponibilidades de financiamento e aos critérios de priorização das intervenções, prevê-se a concretização de duas

intervenção em estabelecimentos de ensino básico e secundário, assegurando a satisfação das necessidades identificadas.

De referir por último que para além das intervenções identificadas, prevê-se ainda que um montante de 10% da dotação do POR Alentejo 2020 afeta a esta tipologia de intervenções (3,5M€), seja alocado para a realização de pequenas intervenções que visem a correção de problemas existentes ao nível das condições de habitabilidade, segurança e de conforto ambiental das escolas.

No contexto do POR Alentejo 2020 as intervenções propostas enquadram-se no Eixo 2 – Ensino e Qualificação do Capital Humano, Prioridade de Investimento 10.5. “Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas” e deverão dar resposta ao cumprimento do seguinte objetivo específico:

“Dotar as redes de educação pré-escolar e de ensino básico, secundário e superior e as redes de infraestruturas de formação profissional das condições que aumentem a qualidade dos processos de aprendizagem, colmatando situações deficitárias no território”.

Neste contexto, pretende-se que:

1. As intervenções ao nível **do pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico** encontram-se, na sua generalidade, associadas a uma lógica de construção de Centros Escolares que promovam mais facilmente a transição e integração das crianças. No entanto, o cumprimento deste objetivo poderá passar por soluções diferentes da construção de novos edifícios (centros escolares) podendo haver reconversão de espaços em edifícios educativos sub lotados (devido à diminuição da população escolar de outros níveis de ensino), adequando-se espaços disponíveis ao acolhimento de novas respostas, promovendo-se também a integração dos vários níveis de educação e ensino. Estas situações serão analisadas de forma integrada entre os vários níveis de ensino oferecidos em determinado território, numa perspetiva de rede a médio prazo/longo.
2. As intervenções a realizar no **2º e 3º ciclos do ensino básico e no ensino secundário**, estarão também sujeitas a uma lógica de rede territorial, em articulação e integração com as restantes ofertas formativas, nomeadamente no âmbito do ensino profissional, de modo a adequar infraestruturas escolares já existentes (algumas subutilizadas) e a adequar a funcionalidade dos espaços a novas necessidades, nomeadamente as decorrentes do alargamento do período de escolaridade obrigatória (12º ano), com o consequente aumento da população escolar, mesmo num quadro demográfico recessivo.

De referir ainda que enquadrada na estratégia de desenvolvimento subjacente ao POR Alentejo 2020, a concretização do objetivo de reforço e de requalificação dos estabelecimentos que integram as redes de educação pré-escolar e de ensino básico, secundário trará importantes contributos para a concretização de outros objetivos regionais, não só ao nível da complementaridade com as intervenções propostas visando a promoção do sucesso escolar e a prevenção e redução do abandono escolar (intervenções também previstas no âmbito do EIXO 2, com financiamento FSE), como também com outras prioridades de intervenção, em particular no domínio da inclusão social.

8. CONCLUSÕES

Face ao exercício de planeamento precedente, e tendo em consideração:

- Os investimentos efetuados no Parque Escolar ao longo dos últimos anos;
- A evolução demográfica prevista para a Região (projeções demográficas até 2018-2019 com diminuição do número de alunos em todos os níveis de ensino, exceto no ensino secundário);
- A existência na Região de estabelecimentos escolares que desde a sua construção, ou nas ultimas duas décadas não foram objeto intervenções com vista à melhoria das suas condições funcionais e tecnológicas, ou que apresentam situações de degradação profunda;

As prioridades de intervenção da Região para o período 2014-2020 devem ser as seguintes:

1. Apoio a operações que transitam do período de programação 2007-2013;
2. Reforço da capacidade de oferta integrada de educação pré-escolar e de ensino básico, através da criação de novos Centros Escolares, de modo a completar a rede e assegurar a universalidade da oferta, substituindo infraestruturas que se encontram em avançado estado de degradação ou funcionalmente desajustadas a práticas educativas atuais;
3. Reabilitação e requalificação das instalações escolares (2º ciclo, 3º ciclo e ensino secundário) para ajustar capacidades e adequabilidade às efetivas necessidades, podendo pressupor o encerramento de escolas e de espaços inadequados para a prática educativa, no âmbito de processos de racionalização da rede e da necessidade de concentração de alunos e de recursos qualificados;
4. Reabilitação e requalificação de estabelecimentos escolares que desde a sua construção, ou nas ultimas duas décadas não foram objeto intervenções com vista à melhoria das suas condições funcionais e tecnológicas, ou que apresentam situações de degradação profunda;
5. Realização de pequenas intervenções que visem a correção de problemas existentes ao nível das condições de habitabilidade e de conforto ambiental das escolas (tais como segurança, acessibilidade, temperatura, qualidade do ar, acústica, entre outras).

A dotação a afetar a estes investimentos estima-se em 35,6 M€ e poderá abranger cerca de 6556 alunos, contribuindo para uma melhoria significativa da “taxa de cobertura de requalificação das escolas do ensino básico e secundário” na região, cuja meta estabelecida no POR Alentejo 2020 é de 97% em 2020.

As intervenções previstas poderão ainda ser objecto de uma priorização mais seletiva, numa lógica de organização da rede, caso a concretização dos investimentos venha a evidenciar por motivos financeiros necessidades de ajustamento.

ANEXOS

I - POPULAÇÃO RESIDENTE E PROJECTADA POR GRUPOS DE IDADES

NUTS	População Total			3 a 5 anos			6 a 9 anos			10 a 14 anos			15 a 17 anos		
	2011 ⁽¹⁾	2014 ⁽²⁾	2020 ⁽²⁾	2011 ⁽¹⁾	2014 ⁽²⁾	2020 ⁽²⁾	2011 ⁽¹⁾	2014 ⁽²⁾	2020 ⁽²⁾	2011 ⁽¹⁾	2014 ⁽²⁾	2020 ⁽²⁾	2011 ⁽¹⁾	2014 ⁽²⁾	2020 ⁽²⁾
Alentejo	757.302	736.794	708.580	19.741	18.603	15.464	27.904	25.973	22.968	36.360	35.603	31.752	20.837	22.120	20.847
Alentejo Litoral	97.925	95.273	91.625	2.358	2.222	1.847	3.372	3.139	2.776	4.260	4.171	3.720	2.443	2.593	2.444
Odemira	26.066	25.360	24.389	588	554	461	866	806	713	1.142	1.118	997	633	672	633
Alcácer do Sal	13.046	12.693	12.207	349	329	273	468	436	385	557	545	486	319	339	319
Grândola	14.826	14.425	13.872	345	325	270	509	474	419	622	609	543	349	370	349
Santiago do Cacém	29.749	28.943	27.835	690	650	541	967	900	796	1.254	1.228	1.095	705	748	705
Sines	14.238	13.852	13.322	386	364	302	562	523	463	685	671	598	437	464	437
Alto Alentejo	118.410	115.203	110.792	2.857	2.692	2.238	4.037	3.758	3.323	5.472	5.358	4.779	3.301	3.504	3.303
Alter do Chão	3.562	3.466	3.333	77	73	60	96	89	79	143	140	125	87	92	87
Arronches	3.165	3.079	2.961	62	58	49	79	74	65	136	133	119	89	94	89
Avis	4.571	4.447	4.277	97	91	76	150	140	123	194	190	169	129	137	129
Campo Maior	8.456	8.227	7.912	270	254	212	354	330	291	447	438	390	266	282	266
Castelo de Vide	3.407	3.315	3.188	63	59	49	95	88	78	144	141	126	104	110	104
Crato	3.708	3.608	3.469	57	54	45	90	84	74	139	136	121	67	71	67
Élvás	23.078	22.453	21.593	702	662	550	923	859	760	1.264	1.238	1.104	749	795	749
Fronteira	3.410	3.318	3.191	87	82	68	120	112	99	161	158	141	74	79	74
Gavião	4.132	4.020	3.866	66	62	52	99	92	81	133	130	116	89	94	89
Marvão	3.512	3.417	3.286	55	52	43	99	92	81	129	126	113	95	101	95
Monforte	3.329	3.239	3.115	97	91	76	133	124	109	161	158	141	98	104	98
Mora	4.978	4.843	4.658	93	88	73	136	127	112	193	189	169	104	110	104
Nisa	7.450	7.248	6.971	115	108	90	204	190	168	270	264	236	156	166	156
Ponte de Sor	16.722	16.269	15.646	393	370	308	568	529	468	798	781	697	501	532	501
Portalegre	24.930	24.255	23.326	623	587	488	891	829	733	1.160	1.136	1.013	693	736	693
Alentejo Central	166.822	162.304	156.089	4.142	3.903	3.245	6.052	5.633	4.981	7.994	7.828	6.981	4.630	4.915	4.632
Alandroal	5.843	5.685	5.467	133	125	104	167	155	137	246	241	215	129	137	129
Arraiolos	7.363	7.164	6.889	164	155	128	246	229	202	332	325	290	209	222	209
Borba	7.333	7.134	6.861	149	140	117	231	215	190	317	310	277	193	205	193
Estremoz	14.318	13.930	13.397	303	286	237	440	410	362	624	611	545	399	424	399
Évora	56.596	55.063	52.955	1.580	1.489	1.238	2.153	2.004	1.772	2.898	2.838	2.531	1.622	1.722	1.623
Montemor-o-Novo	17.437	16.965	16.315	397	374	311	604	562	497	723	708	631	416	442	416
Mourão	2.663	2.591	2.492	67	63	52	121	113	100	157	154	137	105	111	105
Portel	6.428	6.254	6.014	139	131	109	220	205	181	302	296	264	165	175	165
Redondo	7.031	6.841	6.579	145	137	114	255	237	210	335	328	293	207	220	207
Reguengos de Monsaraz	10.828	10.535	10.131	259	244	203	442	411	364	558	546	487	322	342	322
Sousel	5.074	4.937	4.748	118	111	92	177	165	146	241	236	210	137	145	137
Vendas Novas	11.846	11.525	11.084	343	323	269	470	437	387	569	557	497	344	365	344
Viana do Alentejo	5.743	5.587	5.374	166	156	130	229	213	188	285	279	249	152	161	152
Vila Viçosa	8.319	8.094	7.784	179	169	140	297	276	244	407	399	355	230	244	230
Baixo Alentejo	126.692	123.261	118.541	3.312	3.121	2.594	4.524	4.211	3.724	5.935	5.811	5.183	3.441	3.653	3.443
Aljustrel	9.257	9.006	8.661	201	189	157	267	249	220	397	389	347	226	240	226
Almodôvar	7.449	7.247	6.970	178	168	139	228	212	188	307	301	268	139	148	139
Alvito	2.504	2.436	2.343	64	60	50	82	76	67	126	123	110	50	53	50
Barrancos	1.834	1.784	1.716	59	56	46	60	56	49	83	81	72	38	40	38
Beja	35.854	34.883	33.547	1.135	1.070	889	1.439	1.339	1.184	1.752	1.716	1.530	1.004	1.066	1.004
Castro Verde	7.276	7.079	6.808	189	178	148	262	244	216	354	347	309	230	244	230
Cuba	4.878	4.746	4.564	132	124	103	165	154	136	211	207	184	140	149	140
Ferreira do Alentejo	8.255	8.031	7.724	202	190	158	253	235	208	352	345	307	217	230	217
Mértola	7.274	7.077	6.806	116	109	91	187	174	154	263	258	230	167	177	167
Moura	15.167	14.756	14.191	427	402	334	661	615	544	855	837	747	462	490	462
Ourique	5.389	5.243	5.042	100	94	78	156	145	128	212	208	185	125	133	125
Serpa	15.623	15.200	14.618	366	345	287	542	504	446	734	719	641	465	494	465
Vidigueira	5.932	5.771	5.550	143	135	112	222	207	183	289	283	252	178	189	178
Lezíria do Tejo	247.453	240.752	231.533	7.072	6.664	5.540	9.919	9.233	8.164	12.699	12.435	11.090	7.022	7.454	7.025
Almeirim	23.376	22.743	21.872	713	672	559	942	877	775	1.186	1.161	1.036	647	687	647
Alpiarça	7.702	7.493	7.206	228	215	179	306	285	252	384	376	335	207	220	207
Azambuja	21.814	21.223	20.411	645	608	505	848	789	698	1.116	1.093	975	560	594	560
Benavente	29.019	28.233	27.152	1.002	944	785	1.411	1.313	1.161	1.746	1.710	1.525	953	1.012	953
Cartaxo	24.462	23.800	22.888	692	652	542	1.011	941	832	1.274	1.247	1.113	703	746	703
Chamusca	10.120	9.846	9.469	233	220	183	335	312	276	396	388	346	277	294	277
Coruche	19.944	19.404	18.661	456	430	357	668	622	550	875	857	764	475	504	475
Golegã	5.465	5.317	5.113	141	133	110	206	192	170	280	274	245	155	165	155
Rio Maior	21.192	20.618	19.829	602	567	472	876	815	721	1.141	1.117	996	627	666	627
Salvaterra de Magos	22.159	21.559	20.733	617	581	483	897	835	738	1.182	1.157	1.032	666	707	666
Santarém	62.200	60.516	58.198	1.743	1.643	1.365	2.419	2.252	1.991	3.119	3.054	2.724	1.752	1.860	1.753

Notas: (1) Censos 2011 (2) Projeção

II – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR GRAU DE ENSINO E NUTS III

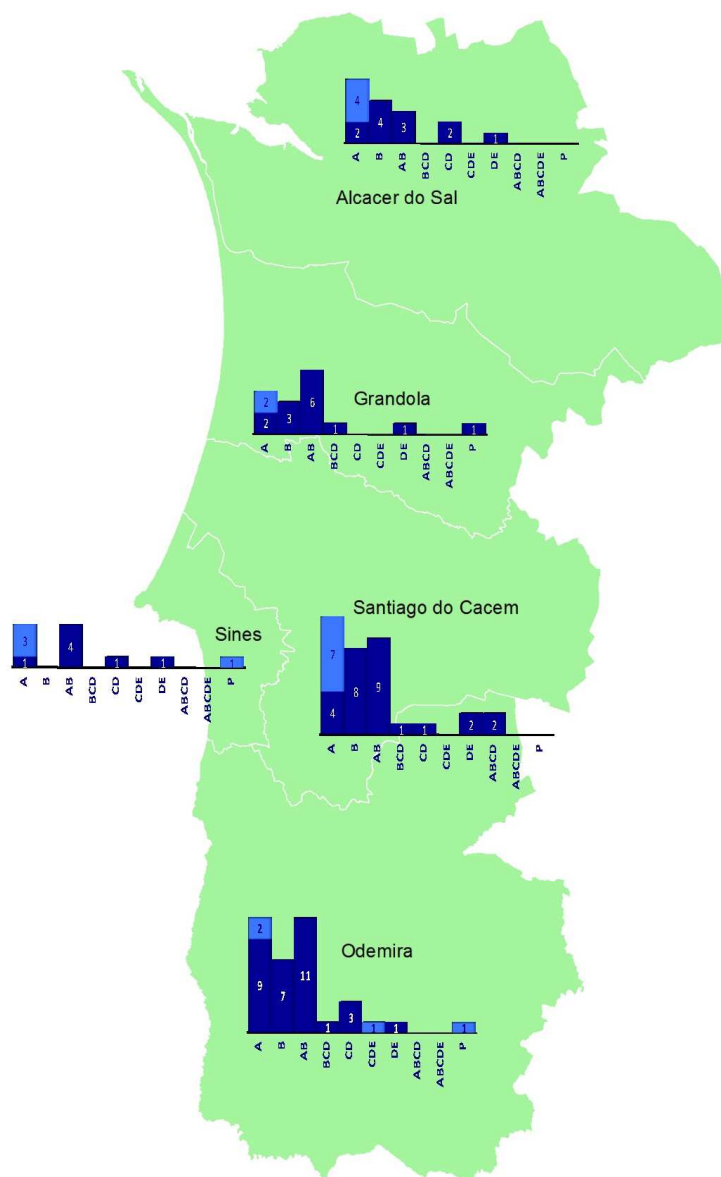
Concelhos	Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar			Estabelecimentos de 1º Ciclo do Ensino Básico			Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico			Estabelecimentos de 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico			Estabelecimentos de 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico			Estabelecimentos de 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário			Estabelecimentos de 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário			Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico			Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar, 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário			Estabelecimentos de Ensino Profissional			Total Geral		
	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total
Alentejo Litoral	18	18	36	22		22	33		33	3		3	7		7		1	1	6		6	2		2				1	2	3	92	21	113
Alto Alentejo	21	25	46	18		18	43	1	44	3		3	9		9	2		2	5		5	6	1	7				2	3	5	109	30	139
Alentejo Central	31	40	71	48	1	49	41	2	43	4		4	8		8	3		3	8		8	2	2	4	1		1		2	2	146	47	193
Baixo Alentejo	22	21	43	22		22	46	1	47	1		1	5	1	6	4		4	6		6	8		8				1	6	7	115	29	144
Lezíria do Tejo	68	37	105	63	1	64	40	5	45	4	1	5	15	1	16	4		4	8		8	1		1				1	5	6	204	50	254
Total	160	141	301	173	2	175	203	9	212	15	1	16	44	2	46	13	1	14	33		33	19	3	22	1		1	5	18	23	666	177	843

III – PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO EM ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DA REDE ESCOLAR NO PERÍODO 2014-2020

N.º NUTS III	ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS EXISTENTES				NECESSIDADES DE INTERVENÇÃO 2014-2020				INTERVENÇÕES PROPOSTAS 2014-2020				TAXA DE INTERVENÇÃO PREVISTA 2014-2020 (13)=(12)/(4)*100	TAXA DE COBERTURA DAS NECESSIDADES (14)=(12)/(8)*100
	PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO (1)	2º E 3º CICLO (2)	SECUNDÁRIO E PROFISSIONAL (3)	TOTAL (4)=(1)+(2)+(3)	PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO (5)	2º E 3º CICLO (6)	SECUNDÁRIO E PROFISSIONAL (7)	TOTAL (8)=(5)+(6)+(7)	PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO (9)	2º E 3º CICLO (10)	SECUNDÁRIO E PROFISSIONAL (11)	TOTAL (12)=(9)+(10)+(11)		
Alentejo Litoral	73	11	8	92	26	6	8	40	3	2	2	7	7,6%	17,5%
Alto Alentejo	82	20	7	109	8	5	0	13	0	5	0	5	4,6%	38,5%
Alentejo Central	120	16	10	146	28	4	2	34	0	1	2	3	2,1%	8,8%
Baixo Alentejo	90	18	7	115	13	2	8 a)	23	0	0	2	2	1,7%	8,7%
Lezíria do Tejo	171	23	10	204	21	1	1	23	2	1	1	4	2,0%	17,4%
TOTAL	536	88	42	666	96	18	19	133	5	9	7	21	3,2%	15,8%

a) inclui duas escolas profissionais de propriedade privada

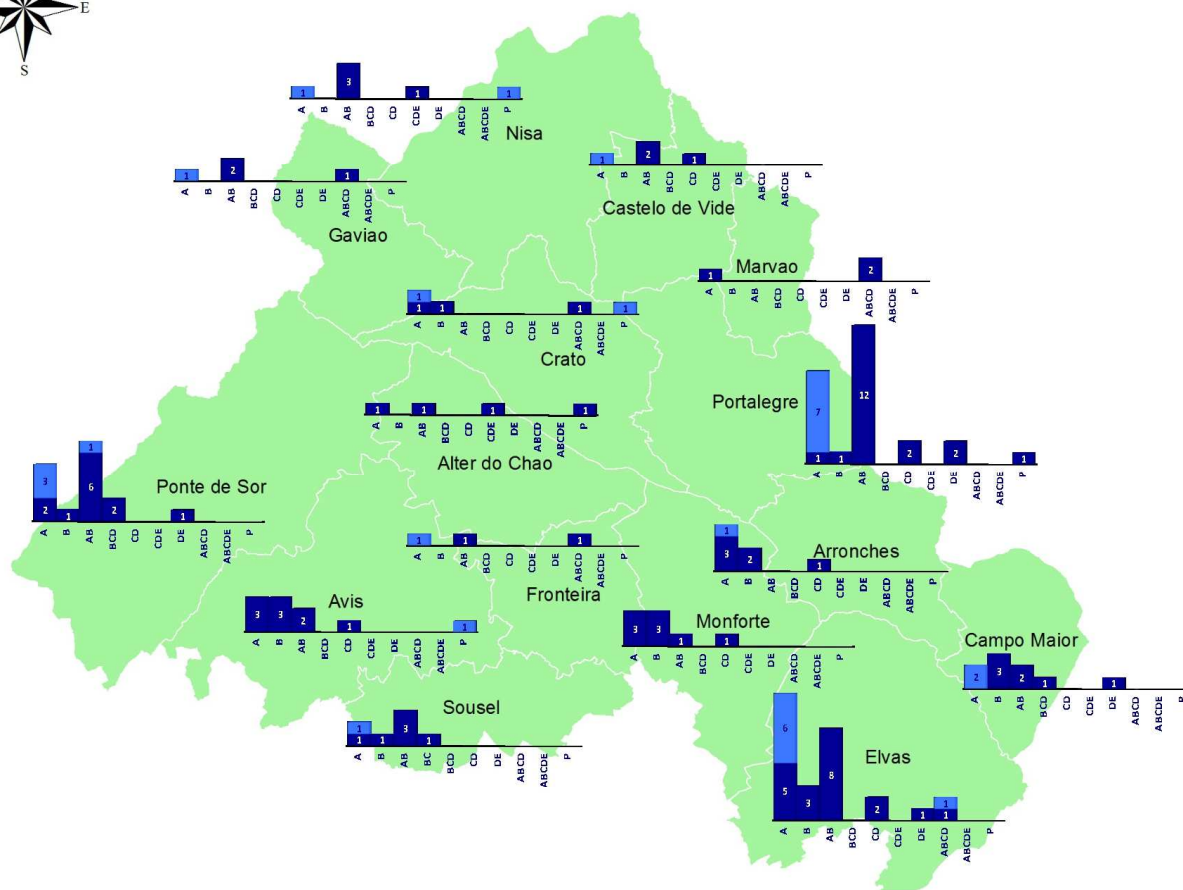
IV - REDE ESCOLAR -ALENTEJO NUTS III – ALENTEJO LITORAL



- A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
- B 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO
- C 2º CICLO DO ENSINO BÁSICO
- D 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO
- E ENSINO SECUNDÁRIO
- P ENSINO PROFISSIONAL

- ESTABELECIMENTOS PRIVADOS
- ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS

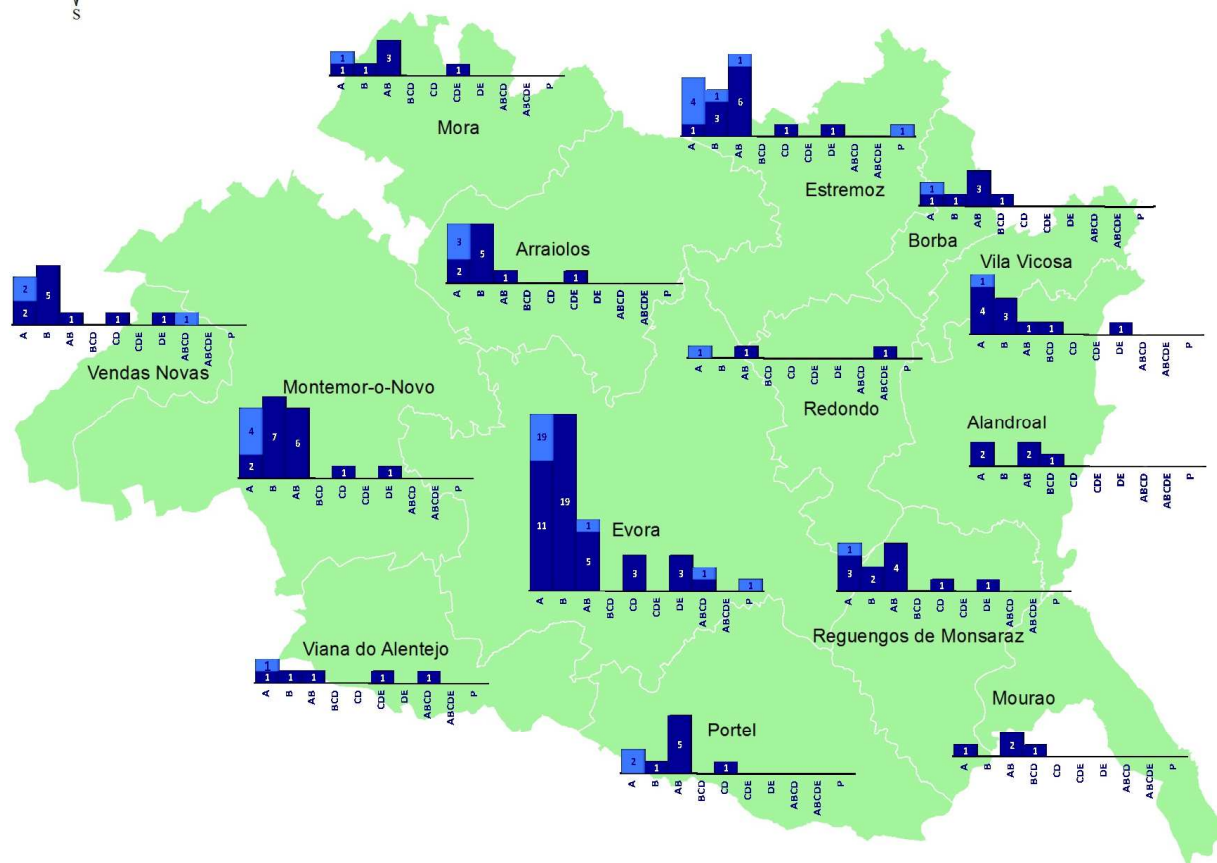
V - REDE ESCOLAR - ALENTEJO NUTS III – ALTO ALENTEJO



- A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
- B 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO
- C 2º CICLO DO ENSINO BÁSICO
- D 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO
- E ENSINO SECUNDÁRIO
- P ENSINO PROFISSIONAL

ESTABELECIMENTOS PRIVADOS
 ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS

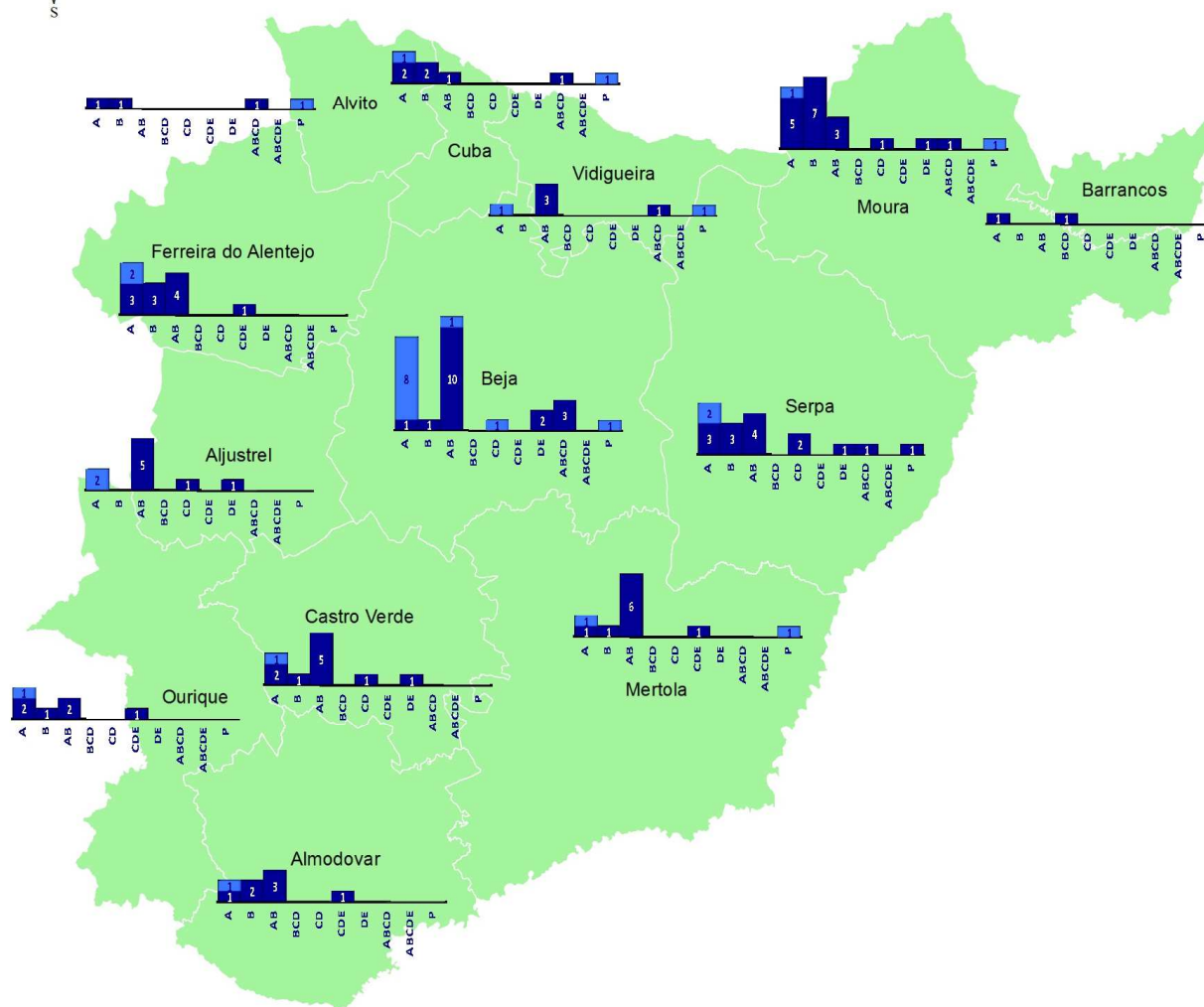
VI - REDE ESCOLAR - ALENTEJO NUTS III – ALENTEJO CENTRAL



- A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
- B 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO
- C 2º CICLO DO ENSINO BÁSICO
- D 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO
- E ENSINO SECUNDÁRIO
- P ENSINO PROFISSIONAL

- ESTABELECIMENTOS PRIVADOS
- ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS

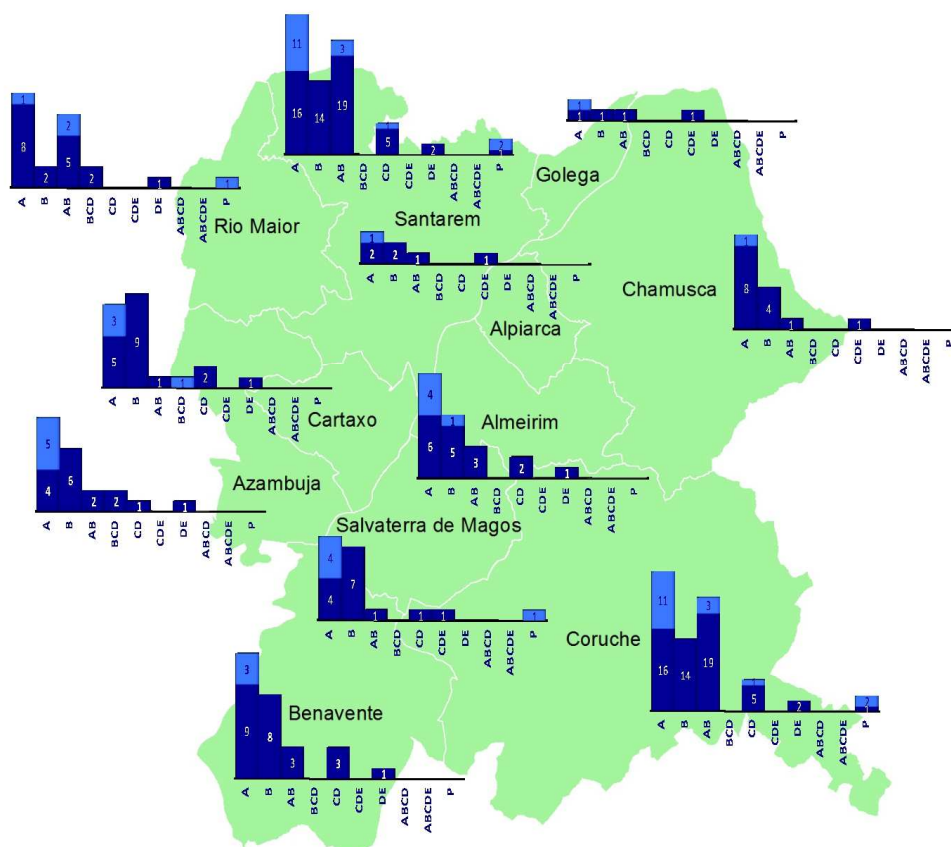
VII - REDE ESCOLAR - ALENTEJO NUTS III – BAIXO ALENTEJO



- A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
- B 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO
- C 2º CICLO DO ENSINO BÁSICO
- D 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO
- E ENSINO SECUNDÁRIO
- P ENSINO PROFISSIONAL

- ESTABELECIMENTOS PRIVADOS
- ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS

VIII - REDE ESCOLAR - ALENTEJO NUTS III – LEZÍRIA DO TEJO



- A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
- B 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO
- C 2º CICLO DO ENSINO BÁSICO
- D 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO
- E ENSINO SECUNDÁRIO
- P ENSINO PROFISSIONAL

- ESTABELECIMENTOS PRIVADOS
- ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS